



Simulado Preparatório Concurso da Prefeitura Municipal de Campo Grande

Cargo: Auditor Fiscal da Receita Municipal

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5h
- ✓ Banca Organizadora: PUCPR
- ✓ Número de Questões: 110
- ✓ Modalidade: Múltipla-Escolha

Conteúdo / N° de Questões

- Direito Civil – 10
- Direito Constitucional – 10
- Direito Tributário – 11
- Direito Administrativo – 11
- Português – 10
- Matemática – 10
- Informática – 16
- Contabilidade Geral – 16
- Legislação Tributária – 16

Importante



1. Curta nossas páginas:
2. Este simulado está sendo disponibilizado gratuitamente – Aproveite!
3. Caso tenha dúvidas ou sugestões, entre em contato conosco!
4. Adicione sua nota em nosso RANKING para comparar seu desempenho.

Bom Simulado!

Direito Civil

01. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a alternativa correta.

- A A lei do país em que nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- B Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do comprador.
- C No Direito Brasileiro, não ocorre o fenômeno chamado de repristinação automática, ou seja, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo em caso de disposição específica nesse sentido.
- D A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país de nacionalidade do defunto ou do desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- E A competência da autoridade judiciária brasileira, para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil, é relativa ou concorrente.

02. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- A O negócio jurídico celebrado com simulação é anulável mesmo sem ter causado prejuízos a terceiros.
- B O dolo acidental não anula o negócio jurídico e, portanto, não gera direito à indenização.
- C Desde que escusável, é anulável o negócio jurídico por erro in negotio, in persona e in corpore.
- D O negócio jurídico celebrado com coação é nulo mesmo que a coação seja praticada por terceiro.
- E A lesão pode anular o negócio jurídico ainda que a desproporção das prestações se manifeste posteriormente à celebração do negócio.

03. Fernando, tendo sofrido turbação na posse de imóvel de sua propriedade, propôs ação de manutenção de posse, em cujo polo passivo figura um grande número de pessoas. Nesse cenário, é possível que:

- A o juiz conheça do pedido como reintegração de posse, caso entenda que já ocorreu o esbulho, e não a turbação da posse;
- B seja feita a citação dos réus que se encontrarem no imóvel objeto da lide, sem a necessidade de citação por edital daqueles que ali não forem localizados;
- C haja intimação da Defensoria Pública, ainda que não envolva pessoas em situação de hipossuficiência econômica;
- D qualquer réu demande o reconhecimento do domínio em face do autor;
- E o juiz conheça do pedido como reivindicatória, caso entenda que a causa de pedir envolve o reconhecimento do domínio.

04. Acerca do conceito, das formas e de consequências das obrigações, é correto afirmar que

A a lei é uma fonte de obrigações, porque estabelece o dever de cada indivíduo em função de seu comportamento, o que não é viável pela vontade humana ou manifestação volitiva.

B a responsabilidade objetiva cria obrigações que são verificadas independentemente da configuração da ilicitude ou licitude da conduta do agente, bastando, para isso, verificar o nexo causal entre a ação do ofensor e o dano.

C o credor, em caso de obrigações por coisa certa, na impossibilidade de cumprimento do acordado, poderá ser compelido a receber outra coisa desde que mais valiosa que a inicialmente pactuada.

D a obrigação que tenha por objeto prestação divisível poderá ser cumprida de forma parcial, ainda que não tenha sido assim convencionado anteriormente pelas partes.

E o comportamento desejado, em situação de obrigações de fazer, deverá ser desempenhado pelo próprio devedor, sendo vedada a substituição do ato por terceiros, mesmo que isso não gere nenhum prejuízo ao credor.

05. Após a abertura de testamento público, foi verificado que havia sido deixado um terreno, no valor de sessenta salários mínimos, a uma das testemunhas signatárias do documento. Nesse caso, a disposição testamentária será

A válida, se for convalidada pelos demais herdeiros.

B válida, se não existirem herdeiros legítimos.

C anulável, se os herdeiros legítimos comprovarem vício de vontade.

D nula de pleno direito.

E considerada codicilo, se não representar mais de 1% do valor total do testamento.

06. São herdeiros necessários:

A Os colaterais até o 3º grau.

B Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

C Os afins até o 3º grau.

D Somente os descendentes.

E Somente o cônjuge.

07. Joaquim faleceu e deixou, como herança, 04 (quatro) apartamentos iguais (101, 102, 103 e 104), todos localizados em um mesmo edifício e com idênticos preços de mercado. Sem deixar testamento, seus únicos herdeiros são seus filhos Jorge, Maria, Ana e Carlos. Passando por dificuldades financeiras, Carlos resolve alienar, antes de findado o inventário, um dos apartamentos (o 101), mediante cessão de direitos sobre o imóvel a Marcos. A respeito desta cessão, assinale a afirmativa correta

A Representa renúncia translativa da herança, pelo que Marcos, em substituição a Carlos, deve se habilitar no inventário.

B Tem efeito de cessão de direitos hereditários, mas Marcos poderá receber, contudo, qualquer um dos bens.

C Os demais herdeiros poderão se opor à alienação, mediante o exercício do direito de preferência.

D É ineficaz e, portanto, Marcos não fará jus ao apartamento 101.

E Trata-se de renúncia abdicativa, pelo que os demais herdeiros deverão pagar o preço do imóvel a Marcos.

08. É INCORRETO afirmar que, salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou:

- A À indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- B À indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção.
- C Ao preço integral da coisa, ainda que o desfalque seja proporcional.
- D Ao valor da coisa na época da alienação.
- E Às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído.

09. Assinale a alternativa correta:

- I. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- II. Nos contratos onerosos, sem exceção, o alienante responde pela evicção.
- III. Subsiste a garantia da evicção ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- IV. A coisa recebida em virtude de doação onerosa não pode ser enjeitada por vício redibitório.

- A Somente as proposições I e II estão corretas.
- B Somente as proposições I e III estão corretas.
- C Somente as proposições II e IV estão corretas.
- D Somente as proposições III e IV estão corretas.
- E Todas as proposições estão corretas.

10. Conforme a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), a lei começa a vigorar em todo o país

- A imediatamente depois de publicada ou em outro prazo estabelecido em seu texto.
- B no primeiro dia útil seguinte depois de oficialmente publicada, exceto se seu texto estabelecer prazo diferente.
- C 30 (trinta) dias depois de oficialmente publicada, podendo a lei estabelecer prazo maior.
- D 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.
- E 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada, exceto se outro prazo for estabelecido na própria lei.

Direito Constitucional

11. Assinale a opção que apresenta o método conforme o qual a leitura do texto constitucional inicia-se pela pré-compreensão do aplicador do direito, a quem compete efetivar a norma a partir de uma situação histórica para que a lide seja resolvida à luz da Constituição, e não de acordo com critérios subjetivos de justiça.

- A hermenêutico-clássico
- B hermenêutico-concretizador
- C científico-espiritual
- D normativo-estruturante
- E hermenêutico-comparativo

12. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é correto afirmar que

- A o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
- B o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.
- C o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- D o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor
- E o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

13. Sobre o habeas corpus pode-se afirmar:

- I. Poderá ser impetrado somente por advogado, bem como pelo Ministério Público.**
- II. Poderá ser impetrado com caráter preventivo.**
- III. Será decidido pelo juiz, após as diligências, em 24 horas, e nos Tribunais na primeira oportunidade em que o órgão competente reunir-se.**
- IV. Poderá ser impetrado mesmo quando extinta a pena privativa de liberdade.**

- A Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- B Somente a proposições I, II e III estão corretas.
- C Somente as proposições III e IV estão corretas.
- D Somente as proposições I e II estão corretas.
- E Somente as proposições II e III estão corretas.

14. De acordo com a Constituição Federal brasileira, sobre os direitos de nacionalidade, é certo assinalar que

- A são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço do seu país.
- B os estrangeiros de qualquer nacionalidade podem requerer a nacionalidade brasileira desde que residam na República Federativa do Brasil há mais de 10 anos ininterruptos e não tenham condenação criminal.
- C os estrangeiros originários de países de língua portuguesa podem requerer a nacionalidade brasileira desde que residam em território nacional ininterruptamente por no mínimo 2 anos e possuam idoneidade moral.
- D são privativos de brasileiros natos, dentre outros, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador de Estado e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

E a distinção entre brasileiros natos e naturalizados somente pode se dar mediante lei ordinária, nos termos definidos pela Constituição.

15. Os direitos sociais tiveram um grande avanço na Constituição de 1988 em comparação às legislações anteriores. Nesse sentido, é correto afirmar que

- A os direitos sociais contemplam apenas cidadãos considerados vulneráveis.
- B são considerados direitos sociais a inafastabilidade da justiça e a presunção da inocência.
- C os direitos trabalhistas como férias e 13º salário pertencem ao rol de direitos sociais.
- D a isonomia perante a lei é uma conquista contemplada no rol de direitos sociais.
- E direitos sociais e direitos da personalidade são sinônimos.

16. Compete ao Tribunal de Contas da União:

- A apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- C autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- D apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório
- E dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

17. Assinale a alternativa na qual constam corretamente indicados os legitimados a propositura da ação direta de constitucionalidade:

- A O Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- B O Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e o Procurador-Geral da República.
- C O Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- D Exclusivamente o Presidente da República.
- E Todas as alternativas acima estão erradas.

18. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal sobre o Sistema Tributário Nacional,

A compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

B é vedada aos Municípios e ao Distrito Federal a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, pois tal serviço deve ser custeado pela receita de impostos.

C a União, mediante medida provisória, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

D competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem somente os impostos estaduais.

E cabe à lei complementar regular, dentre outras matérias, as limitações constitucionais ao poder de tributar.

19. À luz do que disciplina a Constituição da República acerca da Ordem Econômica e Financeira,

A constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, sendo, inclusive, vedada a contratação de empresas estatais ou privadas para a realização de tal atividade.

B incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

C como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e determinante para o setor privado.

D a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e incentivará os reinvestimentos, sendo vedada, contudo, a remessa de lucros ao exterior.

E é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, sempre precedida de autorização dos órgãos públicos.

20. Na interpretação constitucional, há um método que atribui ao intérprete o exercício de uma atividade intelectual, que principia com o texto, não desconsiderando o direcionamento e os limites que oferece, e leva em consideração as especificidades do contexto e do caso particular, culminando com o delineamento da norma. Assinale a opção que indica o método descrito.

A da ponderação.

B da tópica pura.

C da integração.

D concretizador.

E clássico.

Direito Tributário

21. Determina o Código Tributário Nacional que a autoridade competente para aplicar a legislação tributária, na ausência de disposição expressa, aplique, sucessivamente pela ordem, a analogia;

- A a equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário.
- B os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a equidade.
- C os princípios específicos de direito tributário; a equidade; os princípios gerais de direito público.
- D a equidade; os princípios específicos de direito tributário; os princípios gerais de direito público.
- E os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.

22. No regime de repartição de receitas tributárias,

- A classifica-se como participação direta aquela na qual o ente da Federação recebe parcela da arrecadação de receita tributária de outro ente por intermédio de fundos que distribuem os valores conforme critérios estabelecidos em lei.
- B os municípios podem ficar com a totalidade da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, caso assumam a fiscalização e a cobrança do imposto.
- C os estados não estão autorizados a condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos pelo município recebedor.
- D a União não está autorizada a condicionar a entrega de recursos à observância, pelo município recebedor, das regras constitucionais de aplicação de percentuais das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.
- E os estados devem repassar aos municípios 30% da receita de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

23. As receitas provenientes do uso de bens do Estado, de impostos e de taxas são consideradas, respectivamente, receitas:

- A originária, derivada e derivada;
- B derivada, derivada e derivada;
- C derivada, derivada e originária;
- D originária, derivada e originária;
- E originária, originária e derivada.

24. As técnicas de integração da lei tributária encontram previsão expressa na legislação tributária brasileira. Na ausência de disposição legal tributária expressa:

- A autoriza-se ao aplicador da lei tributária o recurso aos princípios gerais de direito tributário, aos princípios gerais de direito público, à equidade e à interpretação construtiva.
- B autoriza-se ao aplicador da lei tributária o recurso à interpretação extensiva, aos princípios gerais de direito público, aos princípios gerais de direito tributário e à equidade.

C autoriza-se ao aplicador da lei tributária o recurso à analogia, aos princípios gerais de direito financeiro, aos princípios gerais de direito privado e à equidade.

D autoriza-se ao aplicador da lei tributária o recurso à analogia, aos princípios gerais de direito tributário, aos princípios gerais de direito público e à equidade.

E o legislador autoriza o uso da analogia para exigir tributo não previsto em lei.

25. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), prescreve em

A 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.

B 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.

C 1 (um) ano a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.

D 3 (três) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.

E 10 (dez) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.

26. De acordo com o Código Tributário Nacional, exclui o crédito tributário

A o pagamento.

B a remissão.

C a decadência.

D a isenção.

E o depósito de seu montante integral.

27. Caracteriza-se como indício de sonegação fiscal, exceto

A a prestação de declaração falsa ou a omissão, total ou parcial, de informação com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos.

B a inserção de informação ou dados inexatos ou a omissão de receitas, faturamentos ou rendimentos e de operações de qualquer natureza em documentos ou livros fiscais com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos.

C alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal.

D fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução indevida de tributos.

E alterar conjunto de receitas com o objetivo de aumentar as bases de cálculo dos tributos.

28. Acerca do sigilo fiscal, assinale a alternativa correta.

A A legislação tributária autoriza que qualquer servidor do fisco, mesmo que sem procedimento específico de apuração de ilícito, obtenha dados de terceiros protegidos por sigilo.

B O advogado que tenha conhecimento de informações ilícitas acerca de dados de seus clientes protegidos por sigilo fiscal tem o dever de informá-las às autoridades públicas.

C O fisco federal não pode passar informações ao fisco estadual sem autorização judicial.

D Somente por convênio é que a autoridade policial pode obter dados do fisco para apuração de ilícito penal tributário.

E O Banco Central, na função de fiscalização que possui, deve informar ao Ministério Público e à Receita Federal acerca de dados de operações financeiras em que haja indícios de ilícito penal.

29. Um contribuinte está em débito para com a fazenda pública em razão de um crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que, em regra, presume-se lícita a conduta do contribuinte mesmo que ele promova

A a alienação de seus bens.

B a alienação de suas rendas.

C a oneração de seus bens, desde que reserve rendas suficientes para o pagamento total da dívida.

D a oneração de suas rendas, desde que reserve bens suficientes para o pagamento de mais de 80% do total da dívida.

E a oneração de rendas em um procedimento com esse objetivo ainda em estágio inicial.

30. Uma cooperativa criada para industrializar produtos rurais insurgiu-se contra lançamento decorrente de ICMS por substituição tributária, sob o argumento de já ter realizado pagamento relativo a esse Tributo por meio do recolhimento mensal em documento único de arrecadação do Simples Nacional. De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, o argumento apresentado pela cooperativa

A é válido caso, de fato, o tributo tenha sido integralmente pago na forma do Simples Nacional.

B não é válido, pois nenhuma cooperativa poderá aderir ao regime tributário do Simples Nacional.

C não é válido, pois essa cooperativa não pode aderir ao Simples Nacional e não pode recolher ICMS por substituição tributária pelo documento de arrecadação única mensal.

D não é válido, pois, embora essa cooperativa possa recolher o ICMS mediante substituição tributária pelo documento de arrecadação única mensal, ela não pode aderir ao Simples Nacional.

E não é válido, pois, embora essa cooperativa possa se enquadrar como microempresa, ela não pode aderir ao Simples Nacional.

31. A legislação tributária atribui particularidades à medida provisória enquanto instrumento com força de lei. Nesse sentido, é correto afirmar que

A é vedado o aumento de imposto por medida provisória que não possa ser votada no mesmo exercício financeiro de sua edição.

B a exigibilidade de tributo instituído por medida provisória depende do cumprimento do princípio da legalidade estrita.

C as relações jurídico-tributárias decorrentes de medida provisória conservam-se por esta regidas no caso de não se editar decreto legislativo no prazo de sessenta dias.

D a eficácia de medida provisória que instituir tributo será vinculada a sua votação em prazo improrrogável de sessenta dias.

E pode ser objeto de medida provisória a criação de tributos para custear despesas excepcionais que decorram de guerra internacional ou da iminência desta.

Direito Administrativo

32. Assinale a alternativa que indica o princípio de licitação que "exige que o administrador aja com honestidade não só para com a Administração, mas, também, para com os licitantes, de tal forma que sua atividade esteja voltada para o interesse da Administração, que é o de promover a seleção mais acertada possível".

- A Princípio da moralidade.
- B Princípio da probidade administrativa.
- C Princípio da impessoalidade.
- D Princípio da igualdade.
- E Princípio da isonomia entre os interessados.

33. A respeito da administração pública indireta, pode-se afirmar:

I. A criação pelo Poder Público de autarquia e a autorização para a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública exigem lei com conteúdo específico.

II. A autarquia, por fazer parte da administração pública indireta, não detém personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar as atividades típicas que a rigor seria obrigação da administração pública exercer diretamente.

III. Sociedade de economia mista classifica-se como pessoa jurídica de direito privado, instituída por lei específica, sob qualquer forma jurídica admitida em direito, para exploração de atividade econômica ou execução de serviços públicos, constituída de capitais públicos e privados.

IV. As fundações públicas, como integrantes da administração pública indireta, criada por lei específica, cabendo à lei complementar definir a área de sua atuação, admitem, exclusivamente, a título de natureza jurídica, a necessidade de constituir-se em personalidade jurídica de direito público.

- A Somente a proposição I está correta.
- B Somente a proposição IV está correta.
- C Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- D Somente a proposição II está correta.
- E Somente as proposições II e III estão corretas.

34. O deslocamento de servidor público, por interesse da administração, para o exercício em uma nova sede, com mudança de domicílio permanente, configura

- A recondução, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- B readaptação, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- C remoção, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- D readaptação, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.
- E remoção, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.

35. A respeito da responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, não excluindo a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- B Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas, consideradas responsáveis pelos atos lesivos, as sanções de multa e publicação extraordinária da decisão condenatória devendo ser aplicadas cumulativamente.
- C Serão levados em consideração, na aplicação das sanções, a gravidade da infração, a vantagem auferida pelo infrator e, quando possível, a situação econômica do infrator e o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica, independentemente do órgão ou entidade.
- D O processo administrativo para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade composta por servidores em estágio probatório ou estáveis.
- E A autoridade máxima da entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis, quando, dentre outros requisitos, a pessoa jurídica se manifeste sobre o seu interesse em cooperar após a manifestação de outras empresas.

36. Quanto à classificação do objeto do ato administrativo têm-se os praticados pela Administração Pública em situação de igualdade com os particulares, sem usar sua supremacia sobre os destinatários, para a conservação e o desenvolvimento do patrimônio público. Esse ato é denominado

- A de império.
- B de expediente.
- C de gestão.
- D de negócio.
- E de discricionário.

37. No que se refere à anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A Os atos administrativos ilegais podem ser anulados ou revogados, a critério da Administração.
- B Os atos que já exauriram os respectivos efeitos e os atos vinculados podem ser revogados.
- C Vícios de legalidade e na forma admitem convalidação.
- D O Poder Judiciário pode apreciar pedido de revogação e revogar ato administrativo, ainda que seja necessária a análise da discricionariedade (oportunidade e conveniência) do ato.
- E A Administração pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

38. Os poderes administrativos nascem com a Administração Pública e se apresentam diversificados segundo as exigências do Serviço Público. O poder que é concedido à Administração Pública, de modo implícito ou explícito para a prática de atos administrativos, com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, é denominado

- A poder vinculado.
- B poder hierárquico.
- C poder disciplinar.
- D poder regulamentar.
- E poder discricionário.

39. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- A A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- B A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- C Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- D As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- E O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

40. Para aquisição de bens e serviços comuns, é permitido pela legislação a adoção da modalidade pregão. O Prefeito com interesse em adquirir determinado bem, que se enquadra dentro dessa definição legal, deverá observar:

- A na fase preparatória, a autoridade competente poderá justificar a necessidade de contratação, e ao nomear a equipe de apoio ao pregoeiro, esta deverá ser integrada preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e em sua maioria pertencentes ao quadro permanente do órgão.
- B a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e da população, que será realizada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado, e inclusive por meios eletrônicos e em jornal de grande circulação.
- C na abertura da sessão pública para recebimento das propostas, os interessados apresentarão, quando necessário, declaração dando ciência de que cumprem os requisitos de adjudicação, e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.
- D não havendo, pelo menos, 3 (três) ofertas nas condições definidas em lei, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- E para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço ou melhor técnica e preço, observados os prazos mínimos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

41. Analise o enunciado a seguir e em seguida, responda o que e pede:

“..... é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da

coletividade ou do próprio Estado” (MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2018, 43ª edição.).

O enunciado acima descrito, refere-se a um tipo de Poder, atribuído à Administração Pública de acordo com o interesse público. Assinale a alternativa que se refere o enunciado acima citado:

- A Poder Vinculado
- B Poder Discrecional
- C Poder Regulamentar
- D Poder de Polícia
- E Poder Disciplinar

42. Em razão de indícios de um agente público estar se enriquecendo ilicitamente, a municipalidade pretende acusá-lo de improbidade administrativa. Na hipótese:

A poderá a autoridade administrativa representar ao Ministério Público, que poderá requerer a indisponibilidade dos bens do indiciado, limitado à metade do patrimônio do acusado resultante do enriquecimento.

B independentemente das sanções penais previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade deverá ressarcir integralmente o correspondente ao patrimônio auferido ilicitamente, sem a suspensão dos seus direitos políticos.

C poderá acarretar na perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do acusado, e no caso de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

D se instaurada investigação interna mediante denúncia verbal ou escrita para apuração da prática do ato de improbidade, sendo rejeitada ao final pela autoridade administrativa, tal negativa impedirá o Ministério Público de ofertar representação.

E se o autor da denúncia sabe que o acusado é inocente, constituirá crime a sua representação, com pena de suspensão dos direitos políticos do autor, afastado na hipótese a responsabilidade de indenizar o acusado por danos materiais ou morais.

Português

Texto I (Questões 43 a 45)

Causos/3

Eduardo Galeano, em O Livro dos Abraços.

O que é a verdade? A verdade é uma mentira contada por Fernando Silva. Fernando conta com o corpo inteiro, e não apenas com palavras, e pode se transformar em outra gente ou em bicho voador ou no que for, e faz isso de tal maneira que depois a gente escuta, por exemplo, o sabiá cantando num galho, e a gente pensa: Esse passarinho está imitando Fernando quando imita o sabiá.

Ele conta causos da linda gente do povo, da gente recém-criada, que ainda tem cheiro de barro; e também causos de alguns tipos extravagantes que ele conheceu, como aquele espelho que fazia espelhos e se metia neles, se perdia, ou aquele apagador de vulcões que o diabo deixou zarolho, por vingança, cuspindo em seu olho.

Os causos acontecem em lugares onde Fernando esteve: o hotel que abria só para fantasmas, aquela mansão onde as bruxas morreram de chatice ou a casa de Ticuantepe, que era tão sombreada e fresca que a gente sentia vontade de ter, ali, uma namorada à nossa espera.

Além disso, Fernando trabalha como médico. Prefere as ervas aos comprimidos e cura a úlcera com plantas e ovo de pombo; mas prefere ainda a própria mão. Porque ele cura tocando. E contando, que é outra maneira de tocar.

43. “Prefere as ervas aos comprimidos...” A frase destacada está parafraseada, corretamente, em:

- A Prefere as ervas do que os comprimidos.
- B Prefere os comprimidos do que as ervas.
- C Prefere mais as ervas aos comprimidos.
- D Gosta mais das ervas que dos comprimidos.
- E Gosta mais dos comprimidos às ervas.

44. Galeano termina seu texto destacando outro sentido para o verbo tocar. “E contando, que é outra maneira de tocar.” O mesmo valor está presente em:

- A Todos tocavam suas carroças para ouvir as histórias de Fernando.
- B Os dedos delicados de Fernando, às vezes quase tocavam o céu.
- C Fernando toca sua platéia com histórias de encantamento.
- D Em suas contações, Fernando tocava flauta e dançava.
- E O médico Fernando fazia mágicas ao tocar os enfermos.

45. No texto de Galeano, o diabo cospe no olho do apagador de fogo. Uma ação de Deus, também, é lembrada, em:

- A "... e cura a úlcera com plantas e ovo de pombo..."
- B "... da gente recém-criada. que ainda tem cheiro de barro..."
- C "... tão sombreada e fresca que a gente sentia vontade de ter..."
- D "... e faz isso de tal maneira que depois a gente escuta..."
- E "... e pode transformar em outra gente ou em bicho voador..."

46. Considere o seguinte trecho de um texto:

Não são milhões. Não é superfaturamento. Não é “esquema entre políticos”. Na Assembleia Legislativa do Estado, o furto de rolos de papeis higienicos do tipo industrial, de dentro dos banheiros da Casa, passou a ser monitorado pela segurança do órgão. Parece comico, não fosse tragico concluir que, neste caso, o desvio de conduta nada tem a ver com aqueles que naturalmente são acusados pelo povo de trapacear para obter lucro facil. Não se sabe o “montante” do prejuizo. Sabe-se, definitivamente, que corrupção não tem cargo.

Quantas palavras, nesse trecho, deveriam estar acentuadas, mas não estão?

- A 5.
- B 6.
- C 7.
- D 8.
- E 9.

47. O plural das palavras terminadas em “ão” sofre variações. Normalmente se faz em “ões”, como em vulcões. Por vezes, contudo, aceita-se mais de uma forma. É o que ocorre com:

- A alemão
- B tostão
- C vilão
- D tufão
- E cidadão

48. Indique a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas do trecho a seguir:

Não _____ mais dúvidas de que _____ mudanças na política econômica do país, pois já _____ dias que o ministro da Economia e seus assessores _____ se reunindo. Nos meios políticos, _____ as novas medidas a serem adotadas e _____ hipóteses a respeito de aumentos nas taxas de juros que, sem dúvida, _____ dificuldades ainda maiores ao sistema produtivo do país.

- A resta – vão haver – faz – vem – comentam-se – levantam-se – provocaria.
- B restam – vai haver – faz – vêm – comentam-se – levantam-se –provocariam.
- C restam – vai haver – faz – vem – comenta-se – levanta-se – provocariam.
- D resta – vai haver – fazem – vêm – comentam-se – levantam-se – provocaria.
- E restam – vão haver – fazem – vem – comenta-se – levanta-se – provocariam.

49. Marque a alternativa em que há uma inadequação na colocação pronominal:

- A este livro é para mim ler.
- B aqui se estuda.
- C aqui, estuda-se.
- D não me fale asneiras, por favor
- E Deus te abençoe.

50. Julgue cada uma das manchetes de reportagens abaixo e, em seguida, responda o que se pede. Analisando as sentenças:

I - Israel bombardeia Gaza em resposta a foguete palestino.

II - Aviões comerciais não tripulados podem ser resposta britânica a concorrência.

III - Após entrada da Palestina, Israel suspende contribuição a UNESCO.

IV - Facebook começa a avisar brasileiros que tiveram dados comprometidos.

Acerca do uso do acento marcador de crase assinale a alternativa CORRETA.

- A Nas sentenças III e IV não se deve usar o acento marcador de crase.
- B Apenas nas sentenças I e IV não se deve ser usado o acento marcador de crase.
- C Em todas as sentenças deve-se usar acento marcador de crase.
- D Em nenhuma das sentenças deve-se usar acento marcador de crase.
- E Apenas nas sentenças II, III e IV não se deve usar acento marcador de crase.

51. A frase “Isso significa que o homem é um eterno irrealizado?” é um exemplo de período

- A composto por coordenação.
- B composto por subordinação.
- C simples, com oração reduzida.
- D simples, com oração sem sujeito.
- E simples, com orações intercaladas.

52. Assinale a alternativa que apresenta a pontuação correta, conforme a língua padrão escrita.

- A Outra consequência é que a pirâmide etária brasileira seria invertida, ou seja, haveria: mais idosos e menos jovens; processo que estamos atravessando para valer agora.
- B Outra consequência, é que a pirâmide etária brasileira seria invertida ou seja, haveria mais idosos, e menos jovens. Processo que estamos atravessando para valer, agora.
- C Outra consequência é que a pirâmide etária brasileira seria invertida. Ou seja haveria mais idosos e menos jovens, processo que estamos atravessando, para valer agora.
- D Outra consequência é que a pirâmide etária brasileira seria invertida, ou seja, haveria mais idosos e menos jovens – processo que estamos atravessando para valer agora.
- E Outra consequência é que, a pirâmide etária brasileira, seria invertida, ou seja: haveria mais idosos, e menos jovens (processo que estamos atravessando para valer, agora).

Matemática

53. Tiago que comprar um casaco o qual é vendido, à vista por R\$ 150,00 ou em dois pagamentos de R\$ 80,00 cada, o primeiro no ato da compra e o segundo, um mês após a compra. Se Tiago optar pelo pagamento parcelado, ele irá pagar juros mensais de taxa aproximadamente igual a:

- A 5,55%.
- B 14,29%.
- C 18,88%.
- D 4,49%.
- E 8,15%.

54. João pediu um financiamento no valor de R\$ 60.000,00, a ser pago em 30 parcelas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), com taxa de juros de 2% ao mês, no sistema de juros compostos. O valor da 3ª parcela a ser paga é

- A R\$ 2.120,00.
- B R\$ 2.840,00.
- C R\$ 3.120,00.
- D R\$ 3.200,00.
- E R\$ 3.460,00.

55. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, relativamente aos moradores de um bairro, informações sobre duas variáveis: nível educacional e renda familiar. Para cumprir tal objetivo, todos os moradores foram entrevistados e arguídos quanto ao nível educacional, e, dentre todos os domicílios do bairro, foram selecionados aleatoriamente 300 moradores para informar a renda familiar. As abordagens utilizadas para as variáveis nível educacional e renda familiar foram, respectivamente,

- A censo e amostragem por conglomerados.
- B amostragem aleatória e amostragem sistemática.
- C censo e amostragem casual simples.
- D amostragem estratificada e amostragem sistemática.
- E amostragem sistemática e amostragem em dois estágios.

56. Considere uma situação em que existam duas variáveis ordinais com 3 ou mais categorias cada uma delas. Nesse caso, a correlação mais indicada é a:

- A Correlação Policórica
- B Correlação Tetracórica
- C Correlação de Pearson
- D Correlação Poliserial
- E Correlação Biserial

57. Qual dessas hipóteses não é uma hipótese do modelo de regressão de Poisson:

- A o logaritmo da variável resposta é uma função linear da(s) variável(is) explicativa(s)
- B uma mudança no valor de uma variável explicativa tem efeito multiplicativo na média da variável resposta
- C a média e a variância das observações (da variável resposta) são iguais, condicionalmente ao valor da(s) variável(is) explicativa(s)
- D as observações (da variável resposta) são independentes, condicionalmente ao valor da(s) variável(is) explicativa(s)
- E as observações (da variável resposta) têm distribuição Poisson, condicionalmente ao valor da(s) variável(is) explicativa(s)

58. Uma pessoa decide dividir todo seu patrimônio entre seus 3 filhos ainda em vida. Analisando a situação atual de cada um, conclui que a filha mais velha deve receber $\frac{1}{5}$ de seu patrimônio, ao passo que o filho do meio deve receber R\$ 500.000,00 e o filho mais

novo, 30% do total do patrimônio. No ato da transferência, cada filho deve pagar ao governo um imposto de 2% do valor recebido. Dessa forma, a filha mais velha deverá pagar um imposto relativo ao valor por ela recebido de

- A R\$ 5.000,00.
- B R\$ 12.000,00.
- C R\$ 18.000,00.
- D R\$ 4.000,00.
- E R\$ 2.500,00.

59. Ana Clara tem guardado R\$15.000,00 e pretende fazer uma aplicação a juros simples por 24 meses a uma taxa de 12% ao ano. O montante que ela terá no final desse tempo será de (Dado $M = C + J$)

- A R\$ 16.400,00.
- B R\$ 16.800,00.
- C R\$ 17.500,00.
- D R\$ 18.200,00.
- E R\$ 18.600,00.

60. Uma amostra de cinco indivíduos é extraída aleatoriamente de uma dada população, obtendo-se os seguintes valores:

$$X_1 = 3, X_2 = 5, X_3 = 4, X_4 = 7 \text{ e } X_5 = 11$$

Então a variância amostral e a estimativa não tendenciosa da variância populacional seriam iguais a, respectivamente:

- A 8 e 10;
- B 9 e 8;
- C 8 e 12;
- D 8 e 6,67;
- E 6,67 e 10.

61. A ideia de agrupar as observações de uma população ou amostra constitui uma técnica bem antiga de condensar as informações e assim facilitar o seu tratamento. No passado essa técnica era empregada com sucesso, mas com a ressalva de que os resultados não eram tão precisos quanto aqueles obtidos com dados não agrupados. Considere a distribuição expressa em classes de frequências:

Classes	Frequências
10 -- 20	50
20 -- 30	28
30 -- 40	24
Total	102

Mesmo sem dispor dos dados de forma desagregada, sobre as estatísticas exatas, é correto afirmar que:

- A a moda não pertence à última classe;
- B a média é superior a 28;
- C a mediana é menor do que 23;
- D a média é superior a 16;
- E a moda é inferior a 20.

62. Ricardo aplicou, por um mês, x reais à taxa mensal de juros simples de $y\%$. Paulo aplicou, no mesmo mês, y reais à taxa mensal de juros simples de $x\%$. Ao final desse mês, ambos resgataram suas aplicações com os juros, e não pagaram impostos ou qualquer tipo de taxa. Após o resgate, é correto afirmar que, necessariamente, o

- A juro de Ricardo foi maior que o de Paulo.
- B juro de Ricardo foi igual ao de Paulo.
- C juro de Ricardo foi $x\%$ menor que o de Paulo.
- D montante de Ricardo foi maior que o de Paulo.
- E montante de Ricardo foi menor que o de Paulo.

Informática



63. Maria estava ensinando a Nina, a nova colega de trabalho, o procedimento adotado pelo departamento para tratar arquivos e pastas no Explorador de Arquivos do Windows 10, versão em português. Maria explicou a Nina que o ícone apresentado equivale à ação de

- A colar itens em uma pasta.
- B recortar arquivos
- C colar apenas arquivos.
- D copiar os itens selecionados para a área de transferência.
- E transferir itens para uma pasta diferente.

64. No Windows 10 deve-se executar um conjunto de passos para permitir a exibição de arquivos ocultos. Assinale a opção cujo passo não faz parte desse conjunto.

- A Abra o Explorador de Arquivos na barra de tarefas.
- B Selecione a guia Arquivos ocultos e, em seguida, em Exibir todos.
- C Selecionar Exibir > Opções > Alterar opções de pasta e pesquisa.
- D Selecione a guia Modo de exibição.
- E Em Configurações avançadas, selecione Mostrar arquivos, pastas e unidades ocultos.

65. Assinale a alternativa que indica corretamente as ações realizadas ao utilizar a tecla de atalho Ctrl+B no WORD.

- A Centralizar o texto.

- B Abrir a caixa de ferramenta de impressão.
- C Justificar o texto.
- D Abrir novo documento.
- E Salvar o documento.

66. Numa planilha Excel, quando uma formula ou valor referenciado na célula G4 é copiada e colada na linha seguinte, a referência é alterada para G5. A referência correta à célula G4 evitando que o Excel faça a modificação é:

- A =\$G4\$
- B =/G4/
- C \$G\$4
- D *G4*
- E %G%4

67. A transmissão de dados necessita de proteção e garantia de origem. Uma ferramenta que valida e dá proteção jurídica a um documento eletrônico é chamada:

- A Certificado Digital
- B Anti-Vírus
- C Validador Eletrônico.
- D Fire Wall
- E Criptografia.

68. Programas antivírus representam uma importante ferramenta aos usuários de computadores, sendo que tais programas

- A não atuam sobre arquivos presentes em mídias removíveis, como é o caso de pen drives.
- B não atuam sobre programas com determinadas extensões, como .pdf ou .docx.
- C não atuam sobre programas com tamanho de até 50 KB.
- D devem ser executados somente em dois momentos: quando o computador é ligado e quando é desligado.
- E devem ser mantidos atualizados, assim como as definições de vírus presentes nesses programas.

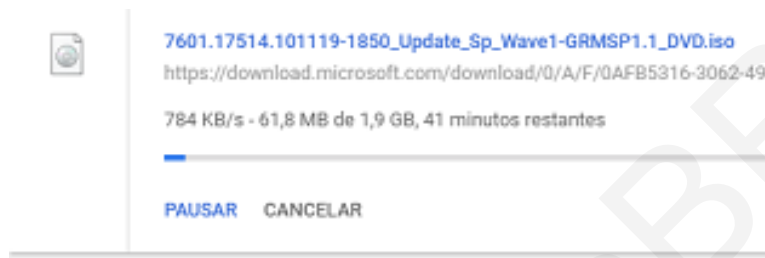
69. Qual das opções abaixo apresenta a definição mais habitual para intranet?

- A Rede de computadores que utiliza tecnologia proprietária, portanto exclusivamente do mesmo fabricante.
- B Rede local de computadores, circunscrita aos limites internos de uma instituição, na qual são utilizados os mesmos programas e protocolos de comunicação empregados na Internet.
- C Redes com baixa segurança, contrastando com redes de longo alcance geográfico.
- D Redes de computadores que estão geograficamente distantes entre si. A distância geográfica entre os computadores é o que caracteriza esse tipo de rede.
- E Redes de fibra ótica entre diferentes instituições que firmam um contrato de serviço entre si.

70. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta para as ferramentas de Internet apresentadas:

- A Twitter: serviço de gerenciamento de tarefas disponibilizado via Internet.
- B YouTube: serviço de e-mail gratuito disponibilizado via Internet.
- C Skype: serviço de troca de mensagens de texto, voz e vídeo via Internet.
- D Facebook: serviço de agenda online.
- E Gmail: é uma ferramenta de microblog e rede social.

71. A figura a seguir ilustra o download de um arquivo da Internet com a descrição: “784 KB/s – 61,8 MB de 1,9 GB, 41 minutos restantes”.



A velocidade de transmissão de dados, aproximada, é:

- A 61 Megabytes por minuto;
- B 2 Gigabytes por minuto;
- C 784 Kilobits por segundo;
- D 6 Megabit por segundo;
- E 19 Kilobits por minuto.

72. A humanidade vem passando por um processo de revolução tecnológica sem precedentes em sua história cujo maior exemplo é o advento da Internet. A respeito da Internet e dos aspectos a ela relacionados, assinale a opção correta.

- A As informações pessoais disponibilizadas na Internet são de domínio privado e seu acesso por aplicativos é proibido.
- B A Internet, embora tenha impactado as relações sociais, manteve inalteradas as formas de consumo.
- C A utilidade da Internet à pesquisa é restrita, por causa da quantidade de informações falsas disponibilizadas na rede.
- D Com a Internet, uma nova modalidade de contravenção surgiu: o cybercrime, que se manifesta nas ações dos hackers.
- E A Internet é acessível às diferentes classes sociais dos mais diversos países.

73. Assinale a alternativa correta sobre o uso da Mala Direta digital:

- A É uma ferramenta de segurança para e-mails.
- B Pode ser utilizada para divulgar produtos e serviços, através do envio de e-mails.
- C Trata-se de um software básico para edição e formatação de cartas.
- D É uma ferramenta digital para elaboração de imagem para redes sociais.

E Trata-se de malware desenvolvido para criação e edição de e-mails.

74. Considerando hipoteticamente que Pedro receba um e-mail com um arquivo anexo e deseje respondê-lo ao remetente, é correto afirmar que, quando ele clicar no botão de responder, o

- A campo Para só permitirá preenchimento com o e-mail do remetente.
- B texto original do remetente será mantido.
- C campo Assunto não será preenchido automaticamente.
- D campo Para deverá ser preenchido.
- E arquivo anexo será reanexado automaticamente.

75. Todo arquivo deveria ter cópias de segurança para evitar perda de informações ou mesmo para evitar ter que refazer atividades. No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, entre seus vários aplicativos, um usuário pode fazer cópias de segurança de seus arquivos usando o recurso:

- A Restauração.
- B Hardware.
- C Personalização.
- D Contas de Usuário.
- E Histórico de Arquivos.

76. Um Analista descobriu que seu computador estava infectado por bots maliciosos. A primeira ação que o Analista deve realizar para proteger os dados deve ser:

- A Instalar um antivírus e examinar o computador com seus recursos após a sua instalação.
- B Instalar um antibot, que é uma variação de antivírus específica para proteger o computador contra bots e botnets.
- C Reiniciar o computador para que o bot seja eliminado da memória.
- D Abrir uma ordem de serviço para que o suporte técnico examine o computador.
- E Desconectar o computador da rede o mais rápido possível.

77. Hardwares de Rede são equipamentos que facilitam e dão suporte ao uso de uma rede de computadores. São exemplos de hardwares de redes:

- A Modem, Roteador, Switch e Endereço IP.
- B Gateway, Firewall, Roteador e Switch.
- C Roteador, Repetidor, Firewall e Protocolo.
- D Modem, Switch, Repetidor e Endereço IP.
- E Firewall, Protocolo, Modem e Repetidor.

78. O Access é uma ferramenta de manipulação de dados em que os dados podem ser armazenados em estruturas relacionais chamadas tabelas. Cada linha na tabela é conhecida como registro, e os registros são formados por campos. A respeito de chaves primárias em tabelas do Access, considere as seguintes afirmativas:

- 1. Chaves primárias são campos com valores comuns por toda a tabela.**
- 2. Cada tabela pode ter uma ou um conjunto de chaves primárias.**
- 3. O Access pode criar automaticamente um campo de chave primária.**
- 4. Cada registro na tabela possui um valor diferente de chave primária.**

Assinale a alternativa correta.

- A Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- B Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- D Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- E As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Contabilidade Geral

79. São Princípios Contábeis:

- I. Princípio da Anualidade.**
- II. Princípio da Continuidade.**
- III. Princípio do Custo histórico.**
- IV. Princípio do Conservadorismo.**
- V. Princípio da Atualização monetária.**
- VI. Princípio da Entidade**

- A Estão Corretos os Itens I, II e VI;
- B Estão Corretos os itens II, V e VI;
- C Estão Corretos os itens III, IV e VI;
- D Estão Corretos os itens II e VI;
- E Estão Corretos os itens I, II, V e VI.

80. Do ponto de vista da teoria contábil, constitui critério para enquadramento de um bem ou um direito como ativo de uma entidade o(a)

- A sua propriedade, não sendo suficientes a posse e o controle.
- B sua propriedade, independentemente da potencialidade de benefícios futuros.
- C direito compartilhado a benefícios pela sua utilização/exploração.
- D existência de um equipamento inativo, cujo custo de recuperação for igual ao valor líquido da liquidação.
- E existência de doações que gerem benefícios futuros, ainda que de caráter recorrente.

81. Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. Acerca do valor residual pode-se afirmar que:

- A sofre depreciação econômica e fiscal.

- B é baixado ao final da vida útil fiscal.
- C também sofre depreciação econômica.
- D também sofre depreciação fiscal.
- E é baixado ao final da vida útil econômica

82. Em dezembro de 20X7, o gestor orçamentário de uma unidade hospitalar pública identificou a obsolescência de um equipamento de imagem adquirido em julho de 20X1, cujos dados contábeis eram os seguintes:

- valor de aquisição: R\$ 864.000;
- tempo de vida útil: 8 anos;
- valor residual: não tem.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, com relação a esse equipamento, a depreciação acumulada e o valor contábil do ativo a ser baixado pelo gestor são, respectivamente, iguais a

- A R\$ 468.000 e R\$ 396.000.
- B R\$ 475.200 e R\$ 388.800.
- C R\$ 594.000 e R\$ 270.000.
- D R\$ 702.000 e R\$ 162.000.
- E R\$ 756.000 e R\$ 108.000.

83. Nos termos da legislação societária, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos(as)

- A reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelas provisões antes das participações societárias.
- B lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.
- C participações estatutárias, pelos dividendos distribuídos e pelos lucros acumulados.
- D lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de reavaliação.
- E reservas de reversão de provisões, pelos lucros acumulados e pela reserva legal.

84. Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados quando aceitos pela técnica contábil a valor

- A de mercado.
- B presente.
- C original.
- D de reposição.
- E justo.

85. O patrimônio das empresas está em constante movimento em decorrência dos acontecimentos diários e são classificados como atos ou fatos administrativos. É um exemplo de fato administrativo:

- A Admissão de funcionário

- B Contratação de seguro.
- C Fiança em favor de terceiros.
- D Compra de um veículo
- E Aval de títulos

86. Em relação aos Atos e Fatos Administrativos, assinale a afirmativa CORRETA:

- A Fatos Administrativos são os acontecimentos que provocam variações no patrimônio, podendo ou não alterar o Patrimônio Líquido. São também conhecidos como Fatos Contábeis.
- B Os Fatos Administrativos podem ser classificados em três grupos: permutativos, modificativos e compostos.
- C Os Atos Administrativos são acontecimentos que ocorrem na empresa e que provocam alterações no Patrimônio e nunca poderão provocar alterações no patrimônio líquido.
- D Os Fatos Permutativos são os que acarretam alterações, para mais ou para menos, no Patrimônio Líquido. São também denominados Fatos Quantitativos.
- E Os Fatos Modificativos são aqueles que provocam alterações entre os elementos componentes do Ativo e do Passivo, sem modificar o valor do Patrimônio Líquido.

87. Dadas as afirmativas acerca da elaboração do plano de contas,

- I. No Brasil, as contas do grupo Passivo devem ser organizadas pelo nível de liquidez, sempre iniciando com os itens de menor exigibilidade e finalizando com os de maior exigibilidade.
- II. A criação do plano de contas exige a descrição de contas analíticas e sintéticas, sendo que as analíticas indicam os grandes grupos e as sintéticas as especificidades dentro de cada grupo.
- III. O grupo Ativo deve ser organizado pelo grau de liquidez das contas iniciando com caixa e equivalentes de caixa e finalizando com o intangível (quando houver).
- IV. O grupo Passivo é dividido em dois subgrupos: Passivo Circulante e Exigível a longo prazo.
- V. A utilização de distintos critérios de mensuração de classes diferentes de ativos sugere que suas naturezas ou funções não são distintas e, portanto, não precisam ser apresentadas em contas separadas.

verifica-se que estão corretas apenas

- A I e IV.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e V.

88. Considerando a natureza das contas contábeis, assinale a alternativa correta.

- A As contas patrimoniais refletem a posição dinâmica do patrimônio da entidade.
- B As contas contábeis classificam-se em contas patrimoniais e contas de caixa.
- C As contas patrimoniais contêm as contas de receita, valor adicionado e de ganhos.

- D As contas patrimoniais relacionam-se aos elementos do ativo, passivo e resultado.
- E As contas patrimoniais são apresentadas pelo seu grau de liquidez ou de exigibilidade.

89. A gestão econômico-financeira envolve uma visão integrada dos demonstrativos contábeis, indicadores financeiros, custo e orçamento, possibilitando uma visão ampliada das práticas organizacionais. Nesse contexto, o fluxo de caixa gerado a partir das operações regulares da entidade, ou seja, a produção de bens e serviços, é conhecido como:

- A fluxo de caixa livre.
- B fluxo de caixa essencial.
- C fluxo de caixa operacional.
- D fluxo de caixa sequencial.
- E fluxo de caixa incremental.

90. Uma empresa que aplica a metodologia do Lucro Real para apuração do Imposto de Renda, em determinado exercício identificou adições definitivas no valor de R\$ 350.000,00 e exclusões temporárias de R\$ 250.000,00. Considerando um percentual de 25% para o IR, identifique nos eventos discriminados abaixo, um registro contábil consistente com a situação acima descrita:

- A Ativo diferido no valor de R\$ 62.500,00
- B Passivo fiscal diferido de R\$ 87 500.00.
- C Ativo diferido no valor de R\$ 87.500,00
- D Passivo fiscal diferido de R\$ 62 500.00.
- E Despesa de IR no valor de R\$ 25 000.00

91. Sobre os principais conceitos relacionados à Contabilidade Geral, assinale a alternativa CORRETA.

- A Receitas: são conceituadas como a remuneração líquida obtida pela produção e venda de bens e serviços em determinado período.
- B Lucro: compreende o produto das vendas de bens e dos serviços prestados.
- C Gastos: representam todos os valores econômicos ou financeiros utilizados para produzir bens ou serviços. Pode-se dizer que os gastos englobam custos, despesas e investimentos.
- D Passivo: representa as aplicações de recursos realizadas na empresa que constituem débitos.
- E Ativo: registra as origens dos recursos utilizados pela empresa que constituem créditos.

92. De acordo com as NBC TA(s), é correto afirmar que estimativas contábeis do valor justo para instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa envolvem relativamente:

- A pouca incerteza de estimativa e podem gerar riscos mais baixos de distorção relevante.
- B grau de incerteza de estimativa semelhante às demais estimativas contábeis, na extensão em que há método ou modelo geralmente aceito usado para sua elaboração.
- C pouca incerteza de estimativa diante das informações confiáveis e prontamente disponíveis sobre os preços praticados nas negociações.

- D total certeza de estimativa desses itens das demonstrações contábeis diante das informações confiáveis e prontamente disponíveis sobre os preços praticados nas negociações.
- E alta incerteza de estimativa e podem gerar riscos mais altos de distorção relevante.

93. Atende ao regime de competência a apropriação

- A do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ diferido ativo sobre Prejuízos Fiscais, quando da viabilidade de geração de lucro real futuros.
- B do IRPJ diferido passivo sobre diferenças temporais, quando da viabilidade de geração de lucro real futuros.
- C do gasto com fornecedor à prazo na quitação.
- D da despesa cambial total de empréstimo em dólar, na data da liquidação da operação.
- E da despesa de contratação de empréstimo, pelo lançamento no extrato bancário.

94. Na apuração do resultado pelo Regime de Caixa são levadas em conta as

- A despesas incorridas e não pagas.
- B receitas recebidas antecipadamente.
- C despesas provisionadas.
- D receitas ganhas e não recebidas.
- E depreciações e amortizações do período.

Legislação Tributária

(Questão Inédita)

95. O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

- I - os incentivos fiscais;**
- II - o incentivo à formalização de empreendimentos;**
- III - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.**

Quais assertivas estão de acordo com a Lei Complementar nº 142/09?

- A I, apenas.
- B I e III, apenas.
- C II, apenas.
- D III, apenas.
- E I, II e III.

96. João Carlos pretende formalizar seus serviços como fornecedor de alimentos preparados para empresas. Dadas as afirmativas acerca do que dispõe a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a Lei do Microempreendedor Individual, sobre o que se enquadra como obrigação ou responsabilidade de João perante a norma,

I. A contabilidade formal como livro diário e razão é dispensada. Também não é preciso ter Livro Caixa, porém se faz necessário que o empreendedor mantenha um mínimo de controle de sua atividade em razão do limite de enquadramento do regime de tributação.

II. Todo ano o Microempreendedor Individual deve declarar o valor do faturamento do ano anterior.

III. O Microempreendedor Individual (MEI) pode ter um empregado ganhando até um salário mínimo ou o piso salarial da profissão.

IV. João Carlos antes de abrir seu comércio deverá conhecer as regras municipais a respeito do tipo de atividade e do local onde irá trabalhar antes de fazer o registro. O descumprimento das normas e posturas municipais causará multas, apreensões e até mesmo o fechamento do empreendimento e cancelamento de seus registros.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A II, apenas.
- B I e II, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D I, III e IV, apenas.
- E I, II, III e IV.

97. Pode se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para a Microempresa a pessoa jurídica

- A filial de pessoa jurídica com sede no exterior.
- B constituída sob a forma de cooperativa.
- C que tenha participação no capital de cooperativas de crédito.
- D constituída sob a forma de sociedade por ações.
- E cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

98. A Lei Complementar no 123/2006 dispõe que a administração pública deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de um certo percentual do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. De acordo com essa Lei, tal percentual é de até

- A 5%
- B 10%
- C 25%
- D 35%
- E 50%

99. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123, a sociedade empresária que aufera, em um determinado ano-calendário, receita bruta igual a 360.000 reais, será considerada:

- A microempresa.
- B empresa de pequeno porte.
- C empresa de médio porte.

- D sociedade limitada.
- E sociedade empresária.

100. No direito tributário existe um tributo chamado Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), previsto na Constituição Federal de 1988, de competência da União. Sobre o tema, assinale a alternativa que descreve o imposto de forma correta.

- A Ao calcular o valor do ITR, leva-se em consideração o total da área tributável do imóvel, sem ter como haver exclusão de cálculo do valor fundiário, visto que é uma área de reserva legal destinada a exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- B É um imposto rural sem obrigação propter rem, porém pode o imóvel pertencer a mais de dois proprietários.
- C É um imposto que tem como característica o imóvel estar localizado em área rural, independentemente de que se localiza em área urbana com finalidade rural e com obrigação propter rem.
- D É um imposto com finalidade extrafiscal, que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel por natureza, sendo o mesmo conceituado por exclusão, mesmo que localizados em áreas urbanas, mas que tenha sua finalidade comprovada como exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- E É um imposto com finalidade extrafiscal, que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel por natureza, sendo o imóvel rural conceituado por exclusão, porém não se aceita que seja localizado em áreas urbanas mesmo com finalidade comprovada.

(Questão Inédita)

101. A opção pelo Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, no montante apurado na forma prevista nesta Resolução, em substituição aos valores devidos segundo a legislação específica de cada tributo, dos seguintes impostos e contribuições, entre outros:

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);**
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);**
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);**
- IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).**

Quais afirmações estão de acordo com a Resolução 140/2018 CGSN?

- A I e III, apenas.
- B I, II e III, apenas.
- C II e IV, apenas.
- D III, apenas.
- E I, II, III e IV.

(Questão Inédita)

102. De acordo com a Lei Complementar nº 190/11, são formas de provimento de cargo público, exceto:

- A nomeação;

- B reintegração;
- C promoção;
- D reversão;
- E exoneração.

(Questão Inédita)

103. O servidor empossado ficará em estágio probatório de _____, a contar da data que entrar em exercício, período no qual será avaliado quanto à sua aptidão e capacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou função. Qual alternativa completa adequadamente a lacuna anterior?

- A seis meses;
- B um anos;
- C dois anos;
- D três anos;
- E cinco anos.

(Questão Inédita)

104. _____ é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá por inabilitação no estágio probatório no cargo em que tenha sido empossado ou reintegração do ocupante anterior. Qual alternativa completa corretamente a lacuna anterior?

- A Nomeação;
- B Aproveitamento;
- C Recondução;
- D Reversão;
- E Reintegração.

(Questão Inédita)

105. Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a comunicar à Fazenda Municipal, dentro de _____, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária. Qual é o prazo estabelecido pelo Código Tributário Municipal de Campo Grande?

- A 05 dias;
- B 07 dias;
- C 10 dias;
- D 15 dias;
- E 30 dias.

(Questão Inédita)

106. O código tributário Municipal de Campo Grande é subordinado:

() à Constituição da República Federativa do Brasil;

() ao Código Tributário Nacional, instituído pela lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e demais Leis Federais complementares e estatutárias de normas gerais de Direito Tributário;

() às resoluções do Senado Federal;

() à legislação estadual nos limites de sua competência.

Assina V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmações acima e marque a alternativa correta:

A V V V V

B V V V F

C F V F V

D V F F V

E F F F V

107. O Simples Nacional

A depende, para o seu ingresso, da formalização dessa opção pelas sociedades empresariais.

B é obrigatório para microempresas e facultativo para empresas de pequeno porte.

C afasta a incidência de tributos federais, estaduais e daqueles que o Distrito Federal fiscaliza na condição de estado-membro.

D pode ser retratado no mesmo ano-calendário em que a microempresa exceder o limite de faturamento relativo ao seu enquadramento.

E é inaplicável a sociedade limitada cujas cotas sociais pertençam, em um terço ou mais, a empregado público.

108. Com relação às contribuições previdenciárias do microempreendedor individual (MEI) retidas ou recolhidas pelos órgãos da administração pública federal direta, assinale a opção correta.

A O órgão público deve reter 15% sobre o valor total da remuneração paga ou creditada ao MEI.

B Em se tratando de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, a retenção se dá sobre o valor bruto do recibo emitido.

C Retêm-se 11% sobre o valor bruto do recibo de prestação de serviços executados mediante empreitada.

D Devem ser recolhidos 20% sobre o valor da remuneração paga ou creditada pelo órgão público no caso de contratação de MEI para a prestação de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

E A retenção da contribuição previdenciária do MEI deve ser realizada pelo órgão público até o limite do valor fixo mensal estipulado pela lei.

109. Sobre Imposto de Transmissão inter vivos por ato oneroso de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

A O ITBI é vinculado.

B O ITBI é pessoal.

C No ITBI, o lançamento é realizado por declaração.

D O ITBI incide nas operações societárias de cisão, mas não de fusão e incorporação.

E O ITBI incide nas operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

110. Observados os requisitos legais, o SIMPLES Nacional permite o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, entre outros,

- A do imposto de importação, do ISSQN e do IOF.
- B do IOF, da COFINS e do ITR.
- C da CSLL, do ISSQN e do IRPJ
- D da COFINS, da CSLL e da contribuição para o FGTS.
- E do ITR, da contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o FGTS.

Cartão-Resposta

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E	61	A	B	C	D	E	91	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E	62	A	B	C	D	E	92	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E	63	A	B	C	D	E	93	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E	64	A	B	C	D	E	94	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E	65	A	B	C	D	E	95	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E	66	A	B	C	D	E	96	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E	67	A	B	C	D	E	97	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E	68	A	B	C	D	E	98	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E	69	A	B	C	D	E	99	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E	70	A	B	C	D	E	100	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E	41	A	B	C	D	E	71	A	B	C	D	E	101	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E	42	A	B	C	D	E	72	A	B	C	D	E	102	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E	43	A	B	C	D	E	73	A	B	C	D	E	103	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E	44	A	B	C	D	E	74	A	B	C	D	E	104	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E	45	A	B	C	D	E	75	A	B	C	D	E	105	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E	46	A	B	C	D	E	76	A	B	C	D	E	106	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E	47	A	B	C	D	E	77	A	B	C	D	E	107	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E	48	A	B	C	D	E	78	A	B	C	D	E	108	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E	49	A	B	C	D	E	79	A	B	C	D	E	109	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E	50	A	B	C	D	E	80	A	B	C	D	E	110	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E	51	A	B	C	D	E	81	A	B	C	D	E	111	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E	52	A	B	C	D	E	82	A	B	C	D	E	112	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E	53	A	B	C	D	E	83	A	B	C	D	E	113	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E	54	A	B	C	D	E	84	A	B	C	D	E	114	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E	55	A	B	C	D	E	85	A	B	C	D	E	115	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E	56	A	B	C	D	E	86	A	B	C	D	E	116	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E	57	A	B	C	D	E	87	A	B	C	D	E	117	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E	58	A	B	C	D	E	88	A	B	C	D	E	118	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E	59	A	B	C	D	E	89	A	B	C	D	E	119	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E	60	A	B	C	D	E	90	A	B	C	D	E	120	A	B	C	D	E

Gabarito – 1º Simulado

01	C	21	E	41	D	61	D	81	D	101	B
02	C	22	B	42	C	62	B	82	D	102	E
03	A	23	A	43	D	63	D	83	B	103	D
04	B	24	D	44	C	64	B	84	A	104	C
05	D	25	B	45	B	65	E	85	D	105	D
06	B	26	D	46	D	66	C	86	A	106	A
07	D	27	E	47	C	67	A	87	E	107	A
08	C	28	E	48	B	68	E	88	E	108	D
09	B	29	C	49	A	69	B	89	C	109	C
10	D	30	C	50	B	70	C	90	D	110	C
11	B	31	C	51	B	71	D	91	C	111	X
12	E	32	B	52	D	72	D	92	E	112	X
13	E	33	A	53	B	73	B	93	A	113	X
14	A	34	C	54	C	74	B	94	B	114	X
15	C	35	A	55	C	75	E	95	E	115	X
16	D	36	C	56	A	76	E	96	E	116	X
17	A	37	E	57	A	77	B	97	C	117	X
18	E	38	E	58	D	78	C	98	C	118	X
19	B	39	A	59	E	79	D	99	A	119	X
20	D	40	D	60	A	80	E	100	D	120	X



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!